

ATA DA **XXIX** REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Às 14h20min do dia 19 de agosto de 2014 deu-se início a XXIX Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião os conselheiros: Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo); Carlos Pompei (ATSCV); Vinícius M. Ramos (APA Tamoios/INEA); Tiago Oliveira Menezes (FIPERJ); Suboficial Joaquim (Capitania dos Portos/Angra dos Reis); Marcio de A. Oliveira (Colônia de Pesca Z-18/Paraty); José Carlos Pedrosa (APEPAD); Maurício do Carmo de Oliveira (TRANSPETRO); Flávia Esteves (ELETRONUCLEAR); Eliel Pereira de Souza (APA Cairuçu/ICMBio); Roberto Villaça (UFF); Silvio Pacheco dos Santos (Sec. Pesca PMP); Nilton de Oliveira (AMOT); Marcos Bastos (UERJ); José Luiz Zaganelli (IED-BIG). Presidiu a reunião Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios).

Também estavam presentes os convidados: Luis Felipe Bonifácio da Silva (ESREG/IBAMA); Ana Carolina Esteves Dias (UNICAMP); Matheus Miguel (APA Tamoios/ICMBio); Jorge Martins (ASCOM/Câmara Vereadores Paraty); Karina Banderali (Projeto Cavalos do Mar); Edison Gomes (4a UPAM Juatinga/PMERJ); Renato Freitas do Rosário (IED-BIG); Vinícius Soares de Oliveira (Estatística - PMP); Aldo de Bulhões Lara (AMOT), Carlos Peixoto, Eduardo Godoy, Graziela Moraes Barros e Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios)

Justificaram ausência: Professora Maria Teresa Széchy (UERJ), Professor Joel Creed (UERJ) e Nadine Castro Paixão (Secret. Meio Amb. e Desenv. Urbano de Angra dos Reis).

O chefe da ESEC Tamoios e presidente do conselho Régis Pinto de Lima, iniciou com uma rodada de apresentações dos presentes e apresentou a pauta da reunião que consistia em:

14:00 hs : Abertura – *Régis Pinto de Lima (chefe da ESEC Tamoios/ICMBio)*

1. Apresentação Novos Gestores Regionais

- * Luis Felipe Bonifácio Silva – Chefe do ESREG/IBAMA-AR
- * Álvaro Alexandre de Oliveira Segneri – Superintendente do INEA (SUPBIG)-AR
- * Edison Gomes da Silva – Comandante da 4ª Unidade de Polícia Ambiental Juatinga-Paraty
- * Eliel Pereira de Souza - Chefe da APA Cairuçu/ICMBio-Paraty

2. Apreciação de documentação em vídeo das Reuniões do Conselho Consultivo – Plenária

3. Informes Importantes

- * Termo de Compromisso ICMBio, Comunidade de Tarituba e MPF/AR
- * Termo de Ajustamento de Conduta/TAC do Pingo D'Água
- * Solicitação da Colônia Z18 (Paraty) para Demarcação da área marinha da Estação Ecológica
- * Participação da ESEC Tamoios no processo de Licenciamento da Operação *Ship to Ship*
- * Convocação da Câmara Temática de Pesquisa – Novo programa de Monitoramento da CNAAA
- * Outros

4. Palestras

* *Projeto Garoupa - Maurício R. da Mata – Coordenador*

* *Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande “30 anos de História” – José Luiz*

Zaganelli – Coordenador

17:00 hs : Encerramento

Luis Felipe, atual chefe do Escritório Regional do IBAMA em Angra dos Reis se apresentou informando que já está na região há seis meses e que tem o consenso de que a parceria é imprescindível para se trabalhar nesta região. Disse que o escritório do IBAMA no Parque das Palmeiras está com as portas abertas e se colocou à disposição para apoiar dentro de suas possibilidades. Em seguida, o Comandante Edison também se colocou à disposição para trabalhar em conjunto com as instituições locais. Explicou que a UPAM atende aos municípios de Rio Claro, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty e Ilha Grande e que apesar de possuir um efetivo reduzido, está disponível para apoiar as ações de fiscalização e fazer a segurança. O (novo chefe da APA Cairuçu/ICMBio) Eriel, seguiu se apresentando. Falou de sua trajetória de 12 anos, primeiro trabalhando no IBAMA e depois no ICMBio. Disse ter chegado à região há dois meses, atendendo ao convite do coordenador regional para assumir a chefia da APA. Disse acreditar numa gestão ambiental dialogada e incluyente e que tem como metas, a aproximação das pessoas com a gestão, a revisão do Plano de Manejo, a revisão do Decreto de criação da APA e a retomada do Conselho, com a primeira reunião a ser marcada em setembro e com apoio da DISAT/ICMBio. Também se colocou à disposição e como conselheiro da ESEC e garantiu seu apoio e disposição para pensar junto os problemas da região.

Dando prosseguimento à pauta, o Presidente do Conselho apresentou proposta para que as reuniões do Conselho fossem documentadas através de gravação em vídeo digital, uma vez que a Unidade agora possui este equipamento e que a ATA da última reunião foi questionada por uma convidada e por um conselheiro. O representante da TRANSPETRO disse que sendo uma reunião pública, não há problema em filmar. Ao ser questionada, a plenária não apresentou objeções, sendo aprovada a proposta por unanimidade. Ficou decidido que a partir da próxima reunião haverá documentação por filmagem e que esta será anexada às atas.

Passou-se para o Informe referente ao Termo de Compromisso de Tarituba. O Presidente do Conselho apresentou a movimentação processual:

Dezembro 2013 » Processo encontra-se no ICMBio/DF » Análise e assinatura

Abril 2014 – Reunião Presidência ICMBio + Diretor DIMAM + Coordenação DISAT + Coordenador Regional + Chefes das UCs sul fluminense (ESEC, Parna, APA) » dúvidas quanto ao tipo de instrumento » Encaminhar ao MPF/AR

Abril 2014 » Início das Oficinas do Projeto de Monitoramento Participativo

Junho 2014 » Processo chega na CR8 (RJ) » Entregue na ESEC Tamoios

Julho 2014 » Entregue no MPF/AR (Of 035/124 de 02/07/14)

Agosto 2014 » Devolução do MPF/AR a ESEC Tamoios » ICMBio/DF

» Oficina do Projeto de Monitoramento Participativo

Informou ainda que o processo chegou na última sexta-feira à ESEC Tamoios e abriu a palavra para a plenária.

O vereador e Presidente da Câmara de Municipal de Paraty - Luciano Vidal, manifestou seu desânimo com o processo, lembrando que no ano de 1989 e 1990 foi a criação da ESEC Tamoios, de 2001 até 2006 foi elaborado e publicado o Plano de Manejo, que a partir de 2006 começou a ter fiscalização e com isso começou o choque com a comunidade pesqueira, chegando até a criar o "Movimento dos Sem Mar de Paraty" por causa dessa fiscalização. Disse que "Enquanto não existia fiscalização, não havia problema com os pescadores". Lembrou que foi para Brasília e que abriu o processo em 2010. Lembrou que já se tentou fazer Acordo de Pesca com o MPA, mas pela Lei não podia, que tentou fazer Termo de Compromisso, mas que agora não pode ser TC, tem que ser TAC e dirigindo-se ao chefe da UC e Presidente do Conselho se disse desacreditado e que só acreditaria quando o TAC acontecesse. Reclamou das inúmeras reuniões ao longo dos anos que não deram em nada e disse que partiu para uma nova frente, a de se mudar a lei que criou a ESEC Tamoios. Informou que o prefeito de Paraty está preparando uma manifestação quanto ao sentimento de Paraty em relação às unidades de conservação no seu município.

A Convidada Ana Carolina (UNICAMP) leu um trecho do documento "Contribuições com base em pesquisa científica para o processo de autorização da pesca artesanal na Estação Ecológica de Tamoios, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa "Conservação e Gestão de Recursos de Uso Comum", do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP". O representante da APEPAD quis saber quanto aos demais pescadores (além dos de Tarituba), quando é que se estenderia esse TAC para o pessoal da Vila Histórica e Mambucaba. O representante da Colônia Z-18 acrescentou que haviam começado o processo por Tarituba para dali garantir o direito de pescar na ESEC para todos os demais pescadores. Reclamou que enquanto este TAC não acontece, o pescador recebe multa, apreensão. Disse: "A área era nossa, a gente pescava, nós trabalhávamos ali e não tinha problema nenhum... o que dá dano é a usina nuclear". O representante da UERJ lembrou que por não ter origem participativa, sempre houve esse embate nesta UC. Como proposta ao Presidente do Conselho da UC, pediu celeridade na tramitação deste processo. O representante da AMOT disse que esta seria sua última reunião e que se não aparecerem os resultados, não voltará a participar. O representante da Ilha do Araújo repetiu sua sugestão feita em outras reuniões ordinárias deste Conselho, para se retirar a área marinha da ESEC e assim a UC protegeria só as ilhas. Propôs que fosse feito um abaixo-assinado em prol de um decreto que mantivesse as ilhas protegidas, mas que não incluísse área marinha. O Vereador Vidal lembrou que essa questão vai se resolver no Congresso Nacional e que vai apresentar propostas administrativas e judiciais para quem tem poder pra resolver. O outro representante da AMOT lamentou que nos finais de semana o pescador fica assistindo o pessoal de fora vir pescar nas áreas da ESEC e que o nativo não pode pescar durante a semana por causa da fiscalização. O Presidente do Conselho endossou o compromisso assumido a nível regional e nacional, lembrou o esforço já dispensado para a realização deste TAC e compartilhou a angústia pela demora com os presentes. Disse que o processo tem que passar por canais que estão fora de sua governança. Disse que acredita no Termo e que a pressão da população é válida. Lembrou o compromisso assumido pelo presidente do ICMBio junto a municipalidade de Paraty em junho último, com proposta que inclui a assinatura do Termo e até o redesenho das Unidades do sul fluminense. O representante da UERJ disse que pra proteger uma comunidade de pescadores como de Tarituba, o melhor é que fosse uma RESEX. O Presidente do Conselho solicitou que os representantes do Grupo de Trabalho que elaborou o Termo

de Compromisso permanecessem na ESEC após a reunião para dirimir as dúvidas apontadas pelo MPF de Angra.

Dando prosseguimento à pauta, o Presidente informou que foi assinado recentemente o Termo de Ajustamento de Conduta/TAC do Pingo D'Água. Apresentou os termos do acordo e informou que a pesquisa será realizada pelo CEADS/UERJ, passando a palavra ao professor Marcos Bastos. O representante da UERJ disse que a intenção é usar a área do Pingo d'Água como ilha-referência, testar indicadores para replicar em outras ilhas. Disse que o monitoramento oceanográfico vai avaliar a efetividade da área protegida em três anos de duração do projeto. O Presidente do Conselho também lembrou que será garantido um acesso público pelo continente para a praia do Pingo d'Água e que o papel de ordenar o uso da praia compete à Prefeitura de Angra e à APA Tamoios, também signatárias do TAC. Complementou dizendo que o chefe da ESEC Tamoios/ICMBio foi nomeado pela Presidência do Instituto como Interviente neste TAC, conforme slide apresentado sobre as responsabilidades institucionais. O representante da UERJ falou sobre o estudo de capacidade de suporte da praia que também será conduzido ali pelo CEADS.

Em seguida, o Presidente do Conselho informou que abriu um processo a partir da demanda da Colônia de Pescadores de Paraty (Z-18) de demarcação da área marinha da UC. Lembrou do projeto apresentado pelo Hotel Vila Galé devido a uma condicionante de licença da ESEC Tamoios e que foi negado pela Delegacia da Capitania de Angra dos Reis. Disse também que na época o Projeto apresentado pelo Ecoresort não foi exatamente um projeto de Balizamento de Uso Restrito. O representante e Presidente da Colônia Z18 explicou que a solicitação dos pescadores é balizar com bóias os limites da ESEC Tamoios e acrescentou: "Se vai tomar o que era nosso, então se vira em demarcar a área de um quilômetro em volta dela!". Garantiu que o pequeno pescador não sabe se está ou não a um quilômetro da ilha. Por fim, advertiu que ele mesmo colocaria galões para servir como bóias para demarcar os limites da ESEC caso nada seja feito. O representante da Delegacia da Capitania dos Portos em Angra dos Reis explicou que a Marinha é apolítica e atemporal e que existem normas anteriores à própria estação ecológica que proíbem a colocação de bóias que configurem como obstáculos à navegação e risco à salvaguarda da vida humana. Disse que a Marinha aplica a legislação em vigor e que todo ilícito será penalizado com a lei pois incorre-se na prevaricação. O Vereador Vidal lembra que o Plano de Manejo da ESEC determina sinalização marinha e que a responsabilidade de abrir processo na Marinha para sinalizar a área é da ESEC. Pediu para que o pescador não seja multado enquanto a área não for sinalizada. O Presidente do Conselho neste momento apresentou slides e lembrou do seminário de Sinalização Náutica ocorrido em Tracuateua/PA em que a ESEC Tamoios participou e de todo o longo processo que levou à demarcação da ESEC Tamoios nas Cartas Náuticas. O representante da Marinha do Brasil esclareceu que o tipo de sinalização pretendido é o "Balizamento Especial de Uso Restrito". O Presidente do Conselho então, como encaminhamento, propôs uma reunião com o Presidente da Colônia Z-18 para se apresentar conjuntamente um projeto piloto à Capitania dos Portos, que é a responsável pela autorização deste tipo de sinalização.

O tópico seguinte da pauta foi à participação da ESEC Tamoios no processo de Licenciamento da Operação de transbordo de petróleo *Ship-to-Ship*. Explicou que, apesar deste tipo de atividade ocorrer desde 2009, só agora a ESEC Tamoios foi demandada pelo INEA para se manifestar. Disse que enviará aos conselheiros a matéria que saiu sobre a visita da ESEC no ICMBio em Foco. O representante da TRANSPETRO explicou o que é, como e porque ocorre o *Ship-to-Ship* na Baía da Ilha Grande. Lembrou a vantagem da

flexibilização do processo de exportação do petróleo, deixando o píer do Terminal apenas para a transferência do óleo que vai abastecer as refinarias. Lembrou que já passaram de duzentas operações sem registro incidentes e que o *Ship-to-Ship* hoje representa 20% da movimentação do Terminal. O representante do IED-BIG lembrou que quando foi chefe de operações no Terminal tentou, mas não conseguiu autorização ambiental para fazer *Ship-to-Ship* porque as leis vigentes à época impediam. E lembrou que este é um exemplo de que lei pode ser mudada, atualizada. Em seguida, e em relação ao discutido anteriormente na reunião sobre a fiscalização na ESEC Tamoios e em tom de preocupação, declarou que "Graças a deus não tem morte. Numa ação de fiscalização o pescador pode dar um tiro no fiscal e só aí é que vão começar a resolver a questão da pesca na ESEC Tamoios". O representante da Transpetro convidou as instituições presentes, especialmente os pescadores, a conhecer de perto a operação de *Ship-to-Ship*. Orientou para que enviassem um ofício de solicitação a TRANSPETRO e garantiu que ele organizaria a visita durante uma operação. O representante da Marinha do Brasil lembrou o papel da Instituição mais antiga do Brasil na fiscalização dos navios e operações *Ship-to-Ship*, que ocorre diuturnamente.

Seguindo a pauta, o Presidente falou da importância de se convocar a Câmara Temática de Pesquisa para tratar do novo programa de Monitoramento da CNAAA. Lembrou que a ALA N° 06/2013 ICMBio incorporada na LO N° 121/2014 IBAMA determina que a Eletronuclear tem até 365 dias após a emissão da Licença, para apresentar novo Programa Integrado de Monitoramento Ambiental para todo Complexo Nuclear e área marinha de influência direta (15km), com base em termo de referência a ser encaminhado pela ESEC Tamoios. Explicou que foi acordado que a Eletronuclear vai apresentar uma avaliação dos dados já levantados pelo Programa de Monitoramento nos últimos 30 anos e que deverá ocorrer um seminário com especialistas para elaboração desse termo de referência. Sugeriu que a Câmara Temática de Pesquisa se reúna durante dois dias para discutir o referido termo de referência. O representante da UERJ lembrou que muito já foi discutido em reuniões passadas da Câmara Temática de Pesquisa e que podemos aproveitar essas informações. Sugeriu que a ESEC Tamoios compilasse essa memória e falou sobre o navio de pesquisa que a UERJ está construindo e cuja previsão de sair do estaleiro é março de 2015. Lembrou que este navio passará cento e vinte dias por ano na Baía da Ilha Grande e será importante ferramenta para o monitoramento da região. O representante da UFF concordou que muito já foi discutido nas reuniões da CT Pesquisa e propôs que se parta daí. Lembrou que um monitoramento sem desenho amostral suficiente pode ter dados históricos de décadas e não levar a nada. Ressaltou a importância de pensar o objeto de monitoramento e com o quê vai se comparar. O representante da UERJ lembrou do Projeto Costão que há onze anos faz o monitoramento para a TRANSPETRO. Lembrou que deve se diferenciar o que é efeito local, efeito sinérgico ou efeito macro, de escala global, como é a questão do aquecimento global. O representante da APA Cairuçu/ICMBio lembrou da importância de se incluir como indicador a questão social, o impacto da CNAAA nas comunidades. O Vereador Vidal lembrou que esta é a região onde há maior incidência de câncer, seguido de uma fala do representante da ilha do Araújo sobre presença de organoclorados nos tecidos de peixes comerciais em pesquisa feita pela Fiocruz na região. A representante da Eletronuclear lembrou que a condicionante se refere ao Monitoramento da Fauna e Flora Marinha e que a ETN tem outros programas relacionados à questão social. O representante da UFF lembrou que existem vários níveis de estudo e que não se está questionando qual é o mais importante. Lembrou que aqui está se tratando do monitoramento ambiental a nível biológico e oceanográfico. O Presidente lembrou que temos

um prazo para elaborar este Termo de Referência. O representante da UERJ propôs como encaminhamento que a Câmara Temática se reúna em outubro. O Presidente propôs então que os representantes da UERJ e da UFF apoiassem na organização e conteúdo, enquanto a ESEC cuidaria da logística.

De acordo com a pauta, seria a apresentação do Projeto Garoupa, porém o coordenador do Projeto, Maurício R. da Mata não apareceu e não justificou, se confundindo com o dia da reunião. O mesmo foi à ESEC Tamoios só no dia seguinte, dia 20/08/2014 para proferir a palestra.

Em seguida, foi a apresentação do presidente do Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande, José Luiz Zaganelli, que falou sobre os trinta anos de atividades do Projeto POMAR. Informou que o Laboratório já produziu 54.000.000 de sementes entre 1998 a 2014; que é o único no Brasil a produzir sementes em escala industrial e que hoje conta com uma estrutura instalada capaz de produzir até 20.000.000 / ano. O laboratório, de 1150 m², se localiza na Rua EAP / 03 – Vila Petrobras – Jacuecanga – Angra dos Reis - RJ. Dentre as atividades já desenvolvidas, lembrou o repovoamento de vieiras (que hoje está sendo realizado em parceria com a ESEC Tamoios), o apoio aos maricultores e associações, a implantação de fazendas marinhas, os trabalhos científicos produzidos, além de outras atividades educacionais, culturais e sociais. Informou acerca das dificuldades de manter este Projeto, o que levou o Vereador Vidal a solicitar uma manifestação do Conselho para que se cumpra a condicionante do licenciamento ambiental da CNAAA referente ao IED-BIG. A representante da Eletronuclear lembrou que devido a Eletronuclear ser uma empresa pública, muitas questões estão sendo tratadas no jurídico da Empresa.

Encaminhamentos: Envio de Moção de Apoio ao Cumprimento da Condicionante referente ao IED-BIG, a ser enviada à Eletronuclear e ao IBAMA.

A reunião foi encerrada às 17:35 horas. Assina esta ata, eu, Adriana Nascimento Gomes e os demais presentes.